

volume

26/1

Dezembro/2020

ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

dossiê: História da Saúde, das Doenças e da Assistência

Esta é a primeira de duas especialidades em docas especialidades em para casamentos, baptizara casamentos, sudos e banquetes. É osados e banquetes. É a única depositaria da aliança depositaria da aliança Guarana Espumante Guarana Espumante e do excelente chow-chow e do excelente lab Laeta, fabricados no lab Laeta, fabricados S. Paulo pelos Srs. Zos, Paulo pelos Srs. nolla Leoncio & Capotta Leoncio & J. Conditura, Braso, J. Conditura, Braso



Hist. Rev. Pelotas Número 26/1 p.1-402 dez. 2020

ISSN 2596-2876





**Obra publicada pela
Universidade Federal
de Pelotas**

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Direção de Gabinetes da Reitoria

Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitora de Ensino

Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelon

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial

Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira
Ourique

Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto
Gatto

Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello
Garcia e Marines Garcia (suplente)

Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto
Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina
(suplente)

Repr. das Ciências Agrônômicas: Cesar Valmor
Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira
Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas
Arigony Braga (suplente)

Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva
e Cláudio Baptista Carle (suplente)

Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues
Gastaud

Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva
e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda
Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa.
Beatriz Ana Loner*

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof^a Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Prof^a Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof^a. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof^a. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof^a. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Angela Beatriz Pomatti, Éverton Reis Quevedo, Véra Lucia Maciel Barroso

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Théobald Chartran(1849-1907) Laennec, no Hospital Necker, ausculta um tísico na frente de seus alunos (1816) (1889), mural, Salle Péristyle da Sorbonne.

Pareceristas ad hoc: Marcelo Vianna (IFRS) | Luciana da Costa de Oliveira (UNISINOS) | Cristiano Enrique de Brum (PUCRS) | Ana Paula Korndorfer (UNISINOS) | Marlise Maria Giovanaz (UFRGS) | Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS) | Joana Carolina Schossler (UNICAMP) | Danielle Heberle Viegas (UNILASALLE) | Micaele Irene Scheer (UFRGS) | Zingaro Homem de Medeiros (UFRGS) | Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel) | Eduarda Borges (UFRGS) | Marcia

Regina Bertotto (UFRGS) | João Gabriel Toledo Medeiros (UNISINOS) | Rodrigo de Azevedo Weimer (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Jonas Moreira Vargas (UFPel) | Clarissa de Lourdes Sommer Alves (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul) | Regina Célia Lima Xavier (UFRGS) | Leonardo de Oliveira Conedera (UDESC) | Beatriz Teixeira Weber (UFSM).

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 | Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2020/2

ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online
Computer Library Center | Latindex | Livre:
Revistas de Livre Acesso | International
Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai
| Zeitschriften Datenbank

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Fone: (53) 3284 3208 -

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** obra publicada em janeiro de 2021.**



Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.26/1, (dez. 2020). – Pelotas: Editora da UFPel, 2020.

1v.

Semestral

ISSN 2596-2876

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica.
Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: HISTÓRIA DA SAÚDE, DAS DOENÇAS E DA ASSISTÊNCIA

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

ANGELA BEATRIZ POMATTI, ÉVERTON REIS QUEVEDO, VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO 8

SAÚDE TEM HISTÓRIA 12

ENTRE DIFERENÇAS E SIMILARIDADES: UM ESTUDO COMPARATIVO A RESPEITO DOS OLHARES SOBRE A “SAÚDE” E A “DOENÇA” EM “MANUAIS DE MEDICINA POPULAR”, HOMEOPÁTICOS E ALOPÁTICOS, DE FINAIS DO OITOCENTOS 13
ANDRÉ PORTELA DO AMARAL

CIRCULACIÓN, PRÁCTICAS Y MEDICINA POPULAR. EM REFLEXIÓN SOBRE EL CURANDERISMO EM EL SIGLO XIX ARGENTINO 32
ASTRID DAHHUR

“O EXERCÍCIO DE CURAR SUPÕE O HÁBITO E COSTUME DE O FAZER”: BOTICAS E BOTICÁRIOS NO OITOCENTOS NO BRASIL MERIDIONAL 45
PAULO STAUDT MOREIRA E NIKELÉN ACOSTA WITTER

SOBRE AS VIRTUDES MEDICINAIS DOS INSETOS NA OBRA *PARAGUAY NATURAL ILUSTRADO* DE JOSÉ SÁNCHEZ LABRADOR S. J. (1776-1776) 67
ELLANE CRISTINA DECKMANN FLECK

DO TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS À ENGENHARIA DE TECIDOS: A HISTÓRIA QUE TEM REVOLUCIONADO A MEDICINA E SALVADO VIDAS 90
LAURA SCHÄFER E MARIA HELENA ITAQUI LOPES

DOENÇAS E HISTÓRIAS 105

AS DOENÇAS E O ATENDIMENTO AOS ENFERMOS NOS PRIMÓRDIOS DA OCUPAÇÃO DO CONTINENTE DE SÃO PEDRO (SÉCULO XVIII) 106
ROGÉRIO MACHADO DE CARVALHO

“MUI SEÑOR MIO, DESPUES DE HAUER RECONOZIDO LAS MEDIZINAS, PARESE QUE HA ENCONTRADO DE MENOS TODO LO QUE PARESE SU PAPEL”: UM ESTUDO SOBRE OS TUMORES NO PARAGUAI COLONIAL (SÉC. XVII-XVIII) 124
BERNARDO TERNUS DE ABREU

O FENÔMENO IMIGRATÓRIO E O CONTROLE DO TRACOMA: REPERCUSSÕES DA DOENÇA 146
LEONOR C. BAPTISTA SCHWARTSMANN

PÁGINAS DE UM SABER MÉDICO: A PRESENÇA DA TUBERCULOSE EM TRABALHOS PUBLICADOS NO ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA	163
<i>BRUNO CHEPP DA ROSA</i>	
CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EXPOSIÇÃO “GRIPE ESPANHOLA: A MARCHA DA EPIDEMIA” DO MUSEU DE HISTÓRIA DA MEDICINA DO RIO GRANDE DO SUL	186
<i>ANGELA BEATRIZ POMATTI E GLÁUCIA G. LIXINSKI DE LIMA KULZER</i>	
HISTÓRIA, MEMÓRIA E COMPORTAMENTOS SOCIAIS EM TEMPOS DE COVID-19	
<i>JANETE ABRÃO</i>	209
“SINTO FALTA DE ABRAÇOS”: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPel	
<i>QUEZIA GALARCA DE OLIVEIRA, MILENA DA SILVA LANGHANZ E LORENA ALMEIDA GILL</i>	230
INSTITUIÇÕES E ASSISTÊNCIA: TRAJETÓRIAS	240
A SUPERLOTAÇÃO DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO SÃO PEDRO: IMPLICAÇÕES NA INTERNAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS ENTRE OS ANOS DE 1932 E 1937 (PORTO ALEGRE/RS)	
<i>LISIANE RIBAS CRUZ</i>	241
ESTIGMA DA LEPROSA: O MANEQUIM LÁZARO NA EXPOSIÇÃO DO MEMORIAL DO HOSPITAL COLÔNIA ITAPUÃ	
<i>HELENA THOMASSIM MEDEIROS, JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES E DIEGO LEMOS RIBEIRO</i>	258
A ALIMENTAÇÃO HOSPITALAR MODERNA E A (RE) PRODUÇÃO DO VIVER SOCIAL NO HOSPITAL MIGUEL COUTO EM NATAL (1927-1955)	
<i>ANDRÉ MOTA E RODRIGO OTÁVIO DA SILVA</i>	276
A MATERNIDADE DO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA, ENSINO E ASSISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO	
<i>CAROLINE PEREIRA DAMIN PRITSIVELIS, ANTONIO RODRIGUES BRAGA NETO, ANTONIO CARLOS JUCA DE SAMPAIO, JORGE FONTE DE REZENDE FILHO E JOFFRE AMIM JUNIOR</i>	299
CENTROS DE SAÚDE E POSTOS DE HIGIENE: NOVAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PARA NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS (RIO GRANDE DO SUL, 1928-1945)	
<i>GABRIELLE WERENICZ ALVES</i>	312
CUIDAR DE POBRES DOENTES NAS MEMÓRIAS DE ENFERMEIRAS RELIGIOSAS NA SANTA CASA DE PORTO ALEGRE (1956-1973)	
<i>VÉRA LUCIA MACIEL BARROSO</i>	332

ARTIGOS LIVRES

ENTRE COIMBRA E VILA DO PRÍNCIPE: A ATUAÇÃO DO PADRE DR. MANUEL JOSÉ DA
FONSECA BRANDÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, COMARCA DO
SERRO DO FRIO, MINAS GERAIS, 1778 A 1797

347

DANILO ARNALDO BRISKIEVICZ

348

MODELOS DE ESPACIALIDADE NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA – UMA COMPARAÇÃO
ENTRE A HISTÓRIA LOCAL FRANCESA E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NAS GERAÇÕES
SUBSEQUENTES

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

369

(RE)ESCRITURAS NEGRAS EM PÁGINAS BRANCAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROCESSO
DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA SERRA DA BARRIGA

388

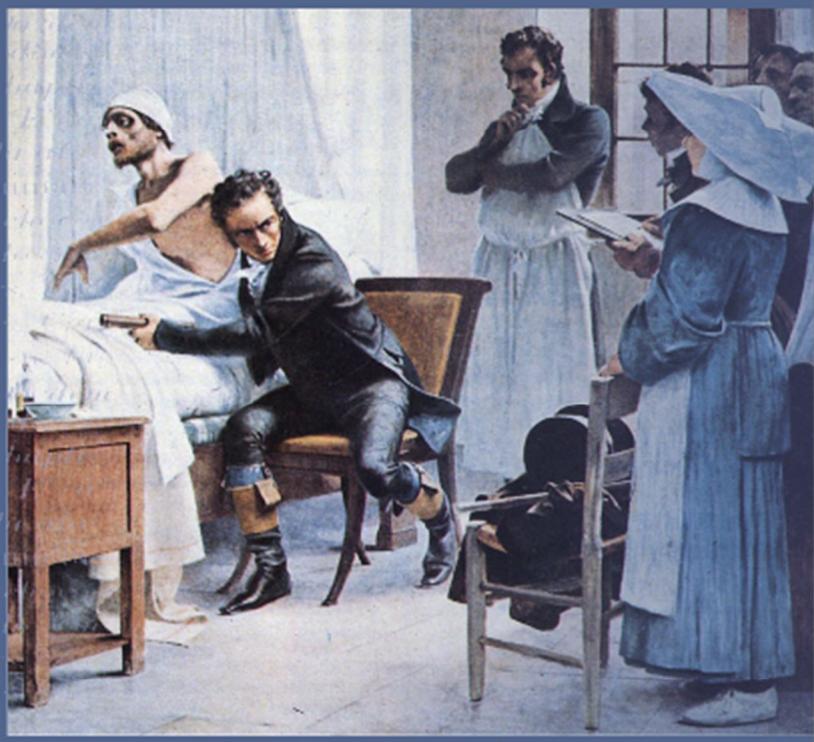
RAYANNE MATIAS VILLARINHO E ANA MARÍA SOSA GONZÁLEZ

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Artigos Livres

Esta é a primeira de dom... especialidades em doc... para casamentos, bap... sudos e banquetes. É... única depositária da... Guaraná Espumante... do excelente choco... Laeta, fabricados... S. Paulo pelos Srs. Z... nolla Loureiro & C... J. Condeira; Bras...



MODELOS DE ESPACIALIDADE NA HISTÓRIA E NA GEOGRAFIA – UMA COMPARAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA LOCAL FRANCESA E A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO NAS GERAÇÕES SUBSEQÜENTES

MODELS OF SPATIALITY IN HISTORY AND GEOGRAPHY – A COMPARISON BETWEEN FRENCH LOCAL HISTORY AND THE REPRESENTATION OF SPACE IN SUBSEQUENT GENERATIONS

José D'Assunção Barros¹

RESUMO: O artigo propõe-se a contrastar a História Local francesa dos anos 1950 e 1960 – com sua operacionalização de regiões pré-definidas e, em muitos casos, coincidentes com as divisões administrativas do espaço – e as abordagens mais complexas da década seguinte, a exemplo da espacialidade diferencial proposta por Yves Lacoste e a leitura complexa do espaço urbano proposta por Christopher Alexander.

Palavras-Chave: História Local; Região; Espacialidade Diferenciada; Espaço Urbano.

ABSTRACT: The article aims to contrast the french Local History of the 1950s and 1960s – with its operationalization of pre-defined regions and, in many cases, coinciding with the administrative divisions of space – and the more complex approaches of the following decade, as their example. of the ‘differential spatiality’ proposed by Yves Lacoste and the complex reading of urban space proposed by Christopher Alexander.

Keywords: Local History; Region; Differentiated Spatiality; Urban space

RESUMEN: El artículo propone contrastar la historia local francesa de los años 50 y 60 – con su operacionalización de regiones predefinidas y, en muchos casos, coincidiendo con las divisiones administrativas del espacio – y los enfoques más complejos de la década siguiente, a ejemplo. da ‘espacialidad diferencial’ propuesta por Yves Lacoste y dela lectura compleja del espacio urbano propuesta por Christopher Alexander.

Palabras llave: Historia local; Región Espacialidad diferenciada; Espacio urbano.

Modelos de espacialidade na História e na Geografia – uma comparação entre a história local francesa e a representação do espaço nas gerações subseqüentes

Há muito História e Geografia entretecem um profícuo diálogo interdisciplinar. A História – ao perceber-se nas décadas mais recentes não apenas como um saber que deve se definir nos termos de “uma ciência dos homens no tempo”², mas também como uma ciência que estuda os homens no espaço e na sociedade – tem abarcado conceitos básicos da geografia, como os de região, lugar, escala e paisagem. De igual maneira, os métodos para aproximação em relação ao espaço e o meio e a própria possibilidade de trazer um olhar geográfico para a história, tem possibilitado uma ampliação de objetos de interesse para a História. Modelidades que dialogam com a geografia têm surgido, tais como a Geo-História, a História Ambiental, a Eco-História, a História Local e a História Regional – sem mencionar a Micro-História, que assimilou um conceito já muito tradicional na Geografia, a escala.

As possibilidades de dividir o espaço de uma certa maneira, pensando sua relação com o

¹ Doutor em História. Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Esta definição, já clássica, foi proposta por Marc Bloch em sua *Apologia da História*, em 1942 (BLOCH, 2001, p.9).

homem, tem merecido constantes reformulações tanto na História como na Geografia. Nos anos 1950 e também na década seguinte, a História Local fez sua entrada no cenário historiográfico francês, incorporando o modelo de tratamento das regiões de um antigo geógrafo – Vidal de La Blache – o mesmo que também havia beneficiado o desenvolvimento da Geo-História pelo historiador Fernand Braudel. O modelo das regiões bem definidas, muitas vezes coincidentes com regiões administrativas oficiais e com ambientes geográficos que haviam sido bem estabelecidos por La Blache em seus *Quadros da Geografia da França* (1903), foi uma referência marcante na escola de história local francesa que se erigiu em torno da liderança de Pierre Goubert³. No entanto, nos anos 1970, o modelo de regiões bem definidas e compartimentadas, que pareciam ser dadas previamente, começa a ser bastante criticado por uma percepção mais complexa da espacialidade. Neste artigo, nosso intento será contrastar estes modelos. Escolhemos para este contraste a História Local francesa das décadas de 1950 e 1960; a perspectiva da espacialidade diferencial proposta pelo geógrafo Yves Lacoste, e a percepção complexa do espaço urbano proposta pelo urbanista Christopher Alexander.

A emergência da História Local francesa na historiografia

Fernand Braudel – célebre historiador francês que durante muitos anos comandou a terceira geração dos historiadores ligados à notória Escola dos Annales – havia trabalhado com o ‘grande espaço’ em *O Mediterrâneo na época de Felipe II* (1946) – o que continuaria a ocorrer com sua outra obra monumental, *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1979). As gerações seguintes de historiadores franceses ligados ao movimento dos Annales, no entanto, trouxeram também a possibilidade de uma nova tendência que abordaria o ‘pequeno espaço’. Esta nova tendência, fortalecida nos anos 1950, ficou conhecida na França como ‘História Local’. Também aqui destaca-se com particular nitidez a contribuição da Geografia derivada do diálogo com a escola geográfica comandada por Vidal de La Blache – este importante geógrafo francês que, tal como já assinalamos, dialogou a seu tempo com os historiadores dos Annales, inclusive influenciando o trabalho geo-historiográfico de Fernand Braudel. Entre outros aspectos, o modelo de delineamento e operacionalização da divisão do espaço proposto por La Blache ajudou a configurar um conceito de Região que logo passaria a ser utilizado pelos historiadores para o estudo de micro-espacos ou espacos localizados – este que, em muitos sentidos, apresentavam-se dotados de uma homogeneidade bem maior do que os macro-espacos que haviam sido examinados por Braudel.

Do macro-espaço que abriga civilizações, a historiografia moderna passava agora à possibilidade de examinar os micro-espacos que abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. A História Local nascia, aliás, como possibilidade de confirmar ou corrigir as grandes formulações que haviam sido propostas ao nível das histórias nacionais. A História Local – ou História Regional, como passaria a ser chamada em alguns países com um sentido um pouco mais específico – surgia como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no

³ Para uma coletânea de diversos dos textos de Vidal de La Blache, ver RIBERIO, G; HAESBAERT, R; PEREIRA (2012). Para o artigo de Pierre Goubert que discute as bases da História Local francesa de sua época, há já uma tradução em português (1992, p.45-56).

âmbito das nações ocidentais⁴.

O modelo de compreensão do Espaço proposto pela escola de Vidal La Blache funcionou adequadamente para diversos estudos associados a esta historiografia europeia dos anos 1950 que lidava com aquilo que Pierre Goubert – um dos grandes nomes da ‘História Local’ – chamava de “unidade provincial comum”, e que ele associava a unidades “tal como um *country* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses” (GOUBERT, 1992, p.45). Nestes casos e outros, o espaço escolhido pelo historiador coincidia de modo geral com uma unidade administrativa e muitas vezes com uma unidade bastante homogênea do ponto de vista geográfico ou da perspectiva de práticas agrícolas. Também se tratava habitualmente de zonas mais ou menos estáveis – bem ao contrário do que ocorria em países como os da América Latina durante o período colonial, nos quais devemos considerar a ocorrência mais freqüente de “fronteiras móveis”.

A espacialidade tipicamente europeia considerada para certos recortes temporais – que não coincide com a de outras áreas do planeta e para todos os períodos históricos – permitiu que fosse aproveitado por aqueles historiadores que começavam a desenvolver estudos regionais, cobrindo todo o Antigo Regime, um modelo onde o espaço podia ser investigado e apresentado previamente pelo historiador, como uma espécie de moldura onde os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam. Frequentemente, e até os anos 1960, as monografias derivadas da chamada Escola dos Annales apresentavam previamente a Introdução Geográfica, e depois vinha a História, a organização social, as ações do homem. A possibilidade de este modelo funcionar, naturalmente, dependia muito do objeto que se tinha em vista, para além dos padrões da espacialidade europeia nos períodos considerados.

A crítica que depois se fez a este modelo no qual o espaço era como que dado previamente – tal como aparecia nas propostas derivadas da escola de La Blache – é que no caso se adotava um conceito não-operacional de região. As regiões vinham definidas de antemão, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava ao historiador ou ao geógrafo escolher a sua para depois trabalhar nela com suas problematizações específicas.. Lembremos que, no início do século XX, La Blache havia sido o responsável por um monumental trabalho intitulado *Quadro da Geografia na França* (1903), no qual se propunha uma peculiar divisão do território francês em muitas “regiões geográficas”, tanto a partir de uma leitura da sua história administrativa como da percepção de certas características naturais que lhe pareciam trazer uma paisagem específica, ou mesmo uma personalidade própria a cada uma destas regiões (Champanhe, Bretanha, Aquitânia, etc).

Os contornos redesenhados para cada uma destas regiões lablachianas ora seguiam pré-existent linhas político-administrativas herdadas do passado medieval, ora completavam-se com

⁴ A História Local, da qual estamos apenas examinando a contribuição inicial da escola que se ergue em torno da liderança de Pierre Goubert, seguirá adiante, até hoje, como um campo historiográfico bem definido. Para um conjunto de ensaios importantes sobre o tema, ver SILVA, 1990. Para temáticas específicas, já típicas de nossa época, há também contribuições importantes, como a da relação entre patrimônio e história local (MANIQUE e PROENÇA, 1994) entre Identidade e História Local (NEVES, 1997 e RAZNIK, 2012), ou entre Ensino e História Local (TOLEDO, 2012 e OMURO e FILHO, 2009). Uma discussão conceitual importante pode ser encontrada em BOURDIN, 2001. Para evitar a confusão entre a História Local e a Micro História – uma modalidade historiográfica que não deve ser confundida com ela – ver CONSTANTINO, 2004.

aspectos naturais (a margem imposta por um rio ou o obstáculo apresentado por uma montanha).

Orientando-se pelo método, atrás discutido, de perceber e de dar a perceber a lenta ação conjunta da Natureza e do Passado humano (histórico), confluindo para uma certa permanência, Vidal de La Blache chegou a um quadro final de regiões geográficas francesas que terminou por ser de certa forma “naturalizado” por gerações de geógrafos franceses, e que até hoje ainda é mecanicamente incorporado em muitos estudos acadêmicos e certamente nos manuais escolares. Pois foram precisamente estas regiões que foram tomadas – como espaços que já não precisavam ser questionados – pela geração de historiadores locais franceses nos anos 1950⁵. Frequentemente – quando a região coincidia com um recorte político-administrativo que permanecera sem maiores alterações desde a época estudada até o tempo presente – isto representava até certa comodidade para o historiador, que podia buscar as suas fontes exclusivamente em arquivos concentrados nas regiões assim definidas.

Em seu célebre artigo “A História Local”, Pierre Goubert chama atenção para o fato de que a emergência da história local dos anos 1950 fora motivada por uma combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (não mais apenas os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e a disponibilização de métodos que permitiriam este estudo para regiões mais localizadas – em particular as abordagens seriais e estatísticas, capazes de mobilizar dados relativos a toda uma população de maneira massiva.

Ao trabalhar em suas pequenas localidades, os historiadores poderiam desta maneira fixar sua atenção “em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho” (GOUBERT, 1992, p.49). A coincidência entre a região examinada e uma unidade administrativa tradicional como a paróquia rural ou o pequeno município, podemos acrescentar, permitia por vezes que o historiador resolvesse todas as suas carências de fontes em um único arquivo, ali mesmo encontrando e constituindo a série a partir da qual poderia extrair os dados sobre a população e a comunidade examinada.

Com o progressivo surgimento dos novos problemas e objetos que a expansão dos domínios historiográficos passou a oferecer cada vez mais no decurso do século XX, o modelo de região derivado da escola geográfica de La Blache começou a ser questionado precisamente porque deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também de que as relações entre o homem e o espaço modificam-se com o tempo, tornando inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período mas não para outro. Uma paisagem rural facilmente pode se modificar a partir da ação do homem, o que mostra a inoperância de considerar regiões geográficas fixas – e isto se mostra especialmente relevante para os estudos da América Latina no período colonial, mais ainda do que

⁵ Mais adiante, veremos que os anos 1970 serão beneficiados pela perspectiva crítica de geógrafos que começam a questionar as ilusões das individualidades geográficas. Um deles será Yves Lacoste (1976): “Esse expediente que postula a possibilidade de reconhecimento imediato das ‘individualidades geográficas’, essa ilusão ou este estratagema de familiaridade com o real que faz acreditar que a descrição reúne todos os elementos possíveis, enquanto que ela resulta, na verdade, de escolhas muito estritas, vão induzir os geógrafos a evitar problemas epistemológicos fundamentais” (LACOSTE, 2005, p.83).

para os estudos relativos à Europa do mesmo período⁶.

De igual maneira, um *território* não existe senão com relação ao âmbito de análises que se tem em vista, aos aspectos da vida examinados (se relativos ao âmbito econômico, político, cultural ou mental, por exemplo). Uma região cujos contornos tenham sido estabelecidos de uma vez por todo o sempre – ora atentando para um certo passado histórico, ora para certos limites impostos pela natureza – pode produzir linhas divisórias que não fazem sentido nenhum para cada problema histórico em particular, e mesmo para as diversas temáticas geográficas a serem analisadas⁷.

Atrelar o espaço ou território historiográfico que o historiador constitui a uma pré-estabelecida região administrativa, geográfica (no sentido proposto por La Blache), ou de qualquer outro tipo, implicava em deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites. A mesma comodidade arquivística que pode favorecer ou viabilizar um trabalho mais artesanal do historiador – capacitando-o para dar conta sozinho de seu objeto sem abandonar o seu pequeno recinto documental – também pode limitar e empobrecer as escolhas historiográficas. Uma determinada prática cultural, conforme veremos oportunamente, pode gerar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo não coincide necessariamente com a região tradicional.

A crítica aos modelos de recorte regional-administrativo, ou de recortes geográficos à velha maneira lablachiana, não surgiram apenas das novas buscas historiográficas, mas também de aportes que afloraram no próprio seio da Geografia Humana. Tal como ressalta Ciro Cardoso (1979), à altura dos anos 1970 o conceito de região derivado da escola de La Blache já começara a ser criticado por pensadores que sustentavam que a realidade impõe o reconhecimento de “espacialidades diferenciais, de dimensões e significados variados, cujos limites se recortam e se superpõem, de tal maneira que, estando num ponto qualquer, não estaremos dentro de um, e sim de *diversos* conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras” (CARDOSO, 1979, p.72-78)⁸. Para ilustrar com um exemplo específico, podemos evocar uma passagem de Yves Lacoste, um dos geógrafos que reintroduzem na geografia francesa, a mesma que vinha se baseando nas regiões compartimentadas de La Blache, uma atenção especial à necessidade de uma percepção das espacialidades múltiplas:

“É preciso fazer com que as pessoas compreendam que, quando elas estão num lugar, não estão num único compartimento, numa única ‘região’. Este local diz respeito a um grande número de conjuntos espaciais muito diferentes uns dos outros, tanto do ponto de vista qualitativo como por sua configuração (assim, se está ao mesmo tempo numa comuna de um determinado departamento, na influência da área de Marselha, numa região de colinas,

⁶ Mesmo para períodos posteriores, deve-se observar uma distinção na espacialidade de países que adquiriram centralidade em termos de domínio econômico e os chamados países subdesenvolvidos: Milton Santos observa que “descontínuo, instável, o espaço dos países subdesenvolvidos é igualmente multipolarizado, ou seja, é submetido e pressionado por múltiplas influências e polarizações oriundas de diferentes tipos de decisão” (SANTOS, 2004, p.21).

⁷ “Há linhas [nos contornos produzidos por La Blache] que só têm significado geológico, ou que correspondem a demarcações políticas desde há muito inexistentes, que determinam a divisão do espaço e a individualização de diferentes ‘regiões’ que se tomam, em seguida, de maneira essencialmente monográfica” (LACOSTE, 2005, p.64).

⁸ Ver, ainda, CARDOSO, 1998, p.7-23.

próxima do Ródano, na zona de clima mediterrâneo, no espaço irrigado pelo canal do Baixo-Ródano-Languedoc, etc)” (LACOSTE, 2005, p.193).

O empenho de uma nova geografia em se contrapor ao modelo lablachiano de divisão do espaço em regiões bem definidas, e de opor-lhe um tratamento do espaço sob o ponto de vista das “espacialidades superpostas” diante das quais se movimenta o homem em sociedade, incluindo sistemas diversificados que vão da rede de transportes à rede de conexões comerciais ou ao estabelecimento de padrões culturais, aproxima-se muito mais da realidade vivida – e mais ainda particularmente quando adentramos a modernidade – do que o encerramento do espaço em regiões definidas de uma vez para sempre, e associadas apenas aos recortes administrativos e relacionados às divisões regionais não-problematizadas que habitualmente aparecem nos mapas.

A realidade, em toda e qualquer época, é necessariamente complexa, mesmo que esta complexidade não possa ser integralmente captada por nenhuma das ciências humanas, por mais que estas desenvolvam novos métodos para tentar apreendê-la a partir de perspectivas cada vez mais enriquecidas. Mais complexas ainda são as sociedades modernas e contemporâneas. Nestas, regidas cada vez mais por uma “espacialidade diferencial”, os espaços se superpõem, ao mesmo tempo em que “se entremisturam, de forma opaca, fluxos regionais, nacionais, multinacionais sobre as particularidades de cada situação local” (LACOSTE, 2005, p.91). Redes de distintas ordens de grandeza, do nível planetário ao entorno imediato, entrecruzam-se sobre o indivíduo, cada vez mais mergulhado na inconsciência em relação à espacialidade diferencial que o cerca.

É por isso que toda uma geração de novos geógrafos começou a colocar em cheque, cada vez mais seriamente, um modelo de divisão do espaço que já se estagnava e que se naturalizara na sua forma mais redutora e incapaz de apreender a sempre crescente complexidade das sociedades contemporâneas. Começou-se a se perguntar, ademais, a que interesses atendia aquela simplória apropriação mecanizada de um modelo de enquadramento regional nada problematizado:

“Esse procedimento vidalino, tão admira-do, reproduzido por um monte de gente que sequer ouviu falar de Vidal de La Blache, é, de fato, um subterfúgio particularmente eficaz, pois ele impede de apreender eficazmente as características espaciais dos diferentes fenômenos econômicos, sociais e políticos. De fato, cada um deles tem uma configuração geográfica particular que não corresponde à da ‘região’” (LACOSTE, 2005, p.62).

É na esteira de uma série de críticas que questionam um modo de divisão do espaço que já se tornara mecânico, técnico e não-problematizado, que emergem novas perspectivas de compreensão do espaço. No próximo item, examinaremos mais a fundo a perspectiva das espacialidades diferenciais, desenvolvida por autores como o geógrafo francês Yves Lacoste (n.1929), em uma das mais impactantes obras geográficas dos anos 1970.

Espacialidade Diferencial

A perspectiva da espacialidade diferencial – de certo modo abordada por muitos autores contemporâneos desde as últimas décadas do século XX, embora não com este mesmo nome – encontra um de seus desenvolvimentos mais sistemáticos com o geógrafo francês Yves Lacoste (n.1929), em seu livro mais conhecido: *Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra* (1976).

Profundamente dialética em sua concepção, esta extraordinária obra expõe, de alto a baixo – e de uma perspectiva ao mesmo tempo geográfica, sociológica e histórica – algumas das contradições fundamentais envolvidas nas modernas relações entre o homem, o espaço, o poder, a imaginação e a história. Por ora, destacarei apenas as contradições que são examinadas de saída, já nos capítulos iniciais, tendo em vista que a reflexão sobre as mesmas pode se mostrar particularmente importante para os historiadores que têm se conscientizado acerca da importância do espaço para o seu ofício. Percebe-se que a motivação maior de Yves Lacoste, aqui, é dar a perceber em maior nível de consciência a ‘espacialidade moderna’. Isso, contudo, não seria possível sem uma apreensão da historicidade que constitui e levou a esse mundo. É por isso que, em primeiro lugar, o geógrafo francês se preocupa em examinar atentamente o radical contraste entre o espaço mais simples dos antigos meios rurais – supondo que seja possível examiná-lo efetivamente nas circunstâncias mais favoráveis – e a espacialidade extremamente complexa do mundo moderno (1). A isso, logo voltaremos. Entrementes, os pares seguintes de contradições abordadas por Lacoste referem-se em especial às espacialidades moderna e contemporânea. Esta passagem sintetiza algumas delas:

“As pessoas, cada vez mais diferenciadas profissionalmente, são individualmente integradas [...] em múltiplas teias de relações sociais que funcionam sobre distâncias mais ou menos amplas (relações de patrão e empregados, vendedor e consumidores, administrador e administrados). [...] Em contrapartida, na massa dos trabalhadores e consumidores, cada qual só tem um conhecimento bem parcial e bastante impreciso das múltiplas redes das quais ele depende e de sua configuração. De fato, no espaço, essas diferentes redes não se dispõem com contornos idênticos; elas ‘cobrem’ territórios de portes bastante desiguais e seus limites se encavalam e se entrecruzam” (LACOSTE, 2005, p.45).

As contradições estão postas, e podemos resumi-las a seguir. O primeiro jogo contraditório fala-nos da alienação (conceito marxista presente na análise, embora não nomeado desta maneira por Lacoste). A multiplicidade formada pelas diferentes representações espaciais disponíveis ao homem moderno comum contrasta intensamente com o seu simplório “sonambulismo”, marcado pela ausência de uma consciência mínima acerca das invisíveis redes espaciais que o dominam (2)⁹. Tal se dá sobretudo porque, apesar dessa grande profusão de representações espaciais, a maior parte delas é relativamente vaga e imprecisa (3). Existe ainda, por fim, o contraste entre as estreitas perspectivas espaciais do homem comum – por exemplo, na sua vida cotidiana – e as representações precisas do espaço que são objetivadas e manipuladas pelos governantes e por aqueles que detêm o poder ou que agem em seu favor (4). Este alarmante quadro – o qual revela o impressionante manto de inconsciência que recobre o homem moderno, tornando-o incapaz de conhecer adequadamente o próprio espaço que o envolve – foi também discutido por outros autores, inclusive o geógrafo brasileiro Milton Santos (1992) em uma conferência sobre o mundo globalizado:

“Dentro do atual sistema da natureza, o homem se afasta em definitivo da possibilidade de relações totalizantes com o seu próprio quinhão de território. De que vale indagar qual a fração de natureza que cabe a cada indivíduo ou a cada grupo, se o exercício da vida exige de todos uma referência constante a um grande número de lugares? Ali mesmo onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multi-forme de

⁹ O título deste capítulo, definidor para o restante da obra, é: “Miopia e Sonambulismo no seio de uma espacialidade tornada diferencial” (LACOSTE, 2006, p.43-51).

informações que me ultrapassam ou não me atingem [...] O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas” (SANTOS, 2013, p.19)¹⁰.

Nesta passagem, escrita quinze anos depois do livro-manifesto de Yves Lacoste (1976), Milton Santos (1992) simula com maestria as angústias espaciais do homem contemporâneo – mostrando-nos como o quadro desfiado pelo geógrafo francês agravou-se mais e mais com os novos aspectos da mundialização que foram trazidos pelos anos 1990¹¹. Uma realidade espacial e informacional cada vez mais complexa recobre a vida deste homem moderno que, um tanto paradoxalmente, mergulha cada vez mais na inconsciência espacial, no viver fragmentado, na incapacidade existir plenamente, de sentir e compreender todas as forças e instâncias que regem a sua própria vida. Hoje, passados mais outros quinze anos, a globalização e a rede virtual que configura o ciberespaço apenas intensifica e expande a níveis ainda mais surpreendentes a contradição de que todos vivemos em um mundo superpovoado por informações aparentemente disponíveis, mas que apenas esbatem o domínio irrisório que os seres humanos da sociedade pós-industrial têm de suas próprias vidas. Seja em um cantão rural na China ou em um escritório em Manhattan, a vida e a morte são governadas por liames diversos que enlaçam cada lugar em um emaranhado difícil de decifrar.

A nova espacialidade – reconfigurada por um feixe complexo de forças e diretrizes que vêm de pontos distintos – envolve de novas maneiras os homens e mulheres contemporâneos, mas estes parecem saber muito pouco sobre os fios que os puxam de um para o outro lado como fantoches. Seus lugares, mesmo que para alguns ainda estejam recobertos pelas ilusões da propriedade, muito pouco lhes pertencem. A tradicional horizontalidade das regiões, herdeira de uma antiqüíssima relação espacial na qual os seres humanos ao menos tinham algum controle sobre o seu meio material mais imediato, é agora cortada transversalmente por verticalidades que “agrupam áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos não raro distantes” (SANTOS, 2013, p.51)¹². A esta complexidade indecifrável o homem responde com sua crescente inconsciência, quase um novo tipo de sonambulismo que o arrasta de um para o outro lado.

Como chegamos a isso? Retornemos às percepções iniciais sobre a nova espacialidade do mundo moderno, em meados dos anos 1970. Yves Lacoste inicia a sua argumentação sobre a necessidade de se compreender melhor o mundo humano a partir da perspectiva da espacialidade diferencial – sempre imprescindível, mas cada vez mais necessária à medida que adentramos a modernidade – com um agudo contraste em relação aos antigos modos de percepção do espaço, nas sociedades relativamente menos complexas. O seu ponto de partida para este contraste é o modo de vida aldeão, nas antigas sociedades ruralizadas. Poderemos entender melhor este modelo se pensarmos

¹⁰ Globalização e Redescoberta da Natureza” [original: 1992].

¹¹ Os anos 1970 haviam oferecido o cenário para o surgimento de uma geografia mais crítica em diversas partes do mundo, tanto em países europeus como a França, como no então chamado Terceiro Mundo, em obras como a de Milton Santos, no Brasil. A longa era de prosperidade, ao menos para as economias mais desenvolvidas e para parcelas privilegiadas da sociedade, havia se estendido do final da Segunda Guerra, em 1945, até inícios dos anos 1970. Esta fase de ouro do capitalismo, a qual então terminava, vinha mascarando, para muitos, os problemas da modernidade. Com a crise dos anos 1970, estes passavam a ser encarados mais diretamente.

¹². “Os Espaços da Globalização” [original: 1993].

inicialmente, por exemplo, nas aldeias de camponeses medievais¹³. Assim se refere Yves Lacoste a este primeiro modelo de referência:

“Outrora, na época em que a maioria dos homens vivia ainda para o essencial, no quadro de auto-subsistência aldeã, a quase totalidade de suas práticas se inscrevia, para cada um deles, no quadro de um único espaço, relativamente limitado: o ‘terroir’ da aldeia e, na periferia, os territórios que relevam das aldeias vizinhas. Além, começavam os espaços pouco conhecidos, desconhecidos, míticos. Para se expressar e falar de suas práticas diversas, os homens se referiam, portanto, antigamente, à representação de um espaço único que eles conheciam bem concretamente, por experiência pessoal” (LACOSTE, 2005, p.43-44).

Os homens e mulheres que viviam neste primeiro espaço-tempo social podiam enquadrar a sua vida, de modo geral, nos limites de um espaço que abarcavam com a vista e os pés em suas atividades cotidianas. Tal como ressalta Lacoste, cada homem ou mulher podia percorrer a pé o seu próprio território, “aquele no qual se inscreviam todas as atividades do grupo ao qual pertencia” (LACOSTE, 2005, p.45). Seus pontos de referência encontravam-se nesse espaço contínuo e bem conhecido. A vida do camponês, metaforicamente, cabia em uma única caixa, e pode-se dizer que grande parte desta vida resolvia-se, nos seus aspectos essenciais, nos limites de um espaço do qual ele conhecia simultaneamente a sua extensão e os seus contornos.

Cerca de vinte anos antes destas observações de Lacoste sobre a espacialidade simplificada que precede a modernidade, o geógrafo francês Max Sorre (1880-1962) já discutia a familiaridade dos povos ditos “primitivos” com um meio físico cuja percepção confundia-se com o “espaço social necessário à reprodução de sua vida” (SORRE, 1957, p.14-17)¹⁴. Conforme ressalta Milton Santos, ao retomar em uma conferência de 1977 estas notáveis considerações de Max Sorre, a complexidade da vida moderna irá fragmentar drasticamente a percepção do espaço:

“Quando a economia se complica, uma dimensão espacial mais ampla se impõe, e o espaço do trabalho é cada vez menos suficiente para responder às necessidades globais do indivíduo. Sua tarefa não passa de uma parcela ínfima dentro de um processo que interessa a milhares ou a milhões de pessoas, frequentemente separadas por milhares de quilômetros. A percepção desse grande espaço torna-se, então, fragmentária, enquanto o espaço circundante só explica uma parcela de sua existência” (SANTOS, 2004, p.28)¹⁵.

Não é necessário, entretanto, acompanhar tão longe os geógrafos Max Sorre e Milton Santos em seu recuo no tempo com vistas a buscar nos povos primitivos esse agudo contraste em relação ao homem moderno. Se já estivermos tão somente falando de um camponês medieval europeu, sujeito ao regime senhorial, teremos diante de nós uma vida cujas práticas mais imediatas ainda se

¹³ A complexidade de outros ambientes da Antiguidade, e mesmo da Idade Média, escapa a Lacoste – ou não faz parte de seus objetivos de análise. O universo aldeão evocado, na verdade, funciona muito mais como um recurso para iluminar contrastivamente a espacialidade contemporânea.

¹⁴ Ver ainda SANTOS, 2004, p.28.

¹⁵ Em outro texto – ao discutir as tensões modernas entre a horizontalidade cotidiana e uma verticalidade globalizadora que nela interfere, Milton Santos (1993) reforça esta mesma ideia: “O espaço geográfico, banal em qualquer escala, agrupa horizontalidades e verticalidades. Assim, o que ainda se pode chamar de região – espaço de horizontalidades – deve sua constituição não mais à solidariedade orgânica criada no local, mas a uma solidariedade organizacional literalmente teleguiada [...]” (SANTOS, 2013, p.51).

resolviam cotidianamente no interior da aldeia, e cujas decisões cruciais para o seu viver, na maior parte delas, não vinham de muito longe, ligando-se também a pontos de referência bem visíveis: em primeiro lugar o castelo do seu senhor; depois a igreja da paróquia, ponta mais visível de uma rede que remetia ao sistema transnacional da Igreja mas que, de modo geral, apresentava uma interferência mais reduzida no dia-a-dia camponês. Tinha-se ainda a cidade mais próxima, ponto focal importante.

Com um olhar, e uma boa caminhada, o aldeão vislumbrava os pontos de referência que representavam poderes – castelo, Igreja, cidade – e percorria mais ou menos confortavelmente o seu espaço vital. O aldeão não precisava lidar com muitas representações do espaço.

É claro que, ao lado desta grande massa de pessoas comuns, havia ainda a minoria dos detentores do poder em níveis e ambientes diversos. Acompanhando a tese geral de seu livro – a de que “a Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, Lacoste ressalta que, nestas sociedades, como desde há muito, os príncipes e chefes de guerra – e, poderíamos acrescentar, os mercadores, e os chefes religiosos responsáveis pelas estratégias e políticas eclesiais, entre outros – precisavam representar os espaços que eles dominavam ou queriam dominar. Uma das figuras típicas que apresentam essa necessidade de uma representação espacial mais vasta é a do rei ou do imperador:

“O imperador deve ter uma representação global e precisa do império, de suas estruturas espaciais internas (províncias) e dos Estados que o contornam – é uma carta em escala pequena que é necessária. Em contrapartida, para tratar problemas que se colocam nesta ou naquela província, precisa de uma carta em escala maior, a fim de poder dar ordens à distância, com uma relativa precisão. Mas para a massa de homens dominados, a representação do império é mítica e a única visão clara e eficaz é a do território aldeão” (LACOSTE, 2005, p.44).

Esse passo é particularmente interessante, uma vez que o geógrafo francês já nos introduz no fato de que os dirigentes e detentores do poder sempre demandam por modelos mais diversificados de representação espacial, e em várias escalas. Ao lado disso, Lacoste começa a introduzir a certa altura, em sua análise, a perspectiva diacrônica – o que é importante para os historiadores – mostrando que as transformações na sociedade, na economia e na política, dos tempos antigos à modernidade, passaram a demandar novas práticas de representação do espaço compatíveis com uma complexidade sempre crescente. Ao mesmo tempo, Yves Lacoste reconhece as variações na mesma época ao contrastar a perspectiva aldeã com o ambiente citadino, situação já bem mais complexa mesmo nos tempos antigos. Por ora, sigamos a história deste camponês rumo à modernidade, com o fito de verificar como surgiram novas demandas de representações espaciais.

Os aldeões de fins do século XIX seguiram com um conhecimento pleno do *terroir* da comuna e dos limites da paróquia nas quais exerciam suas práticas espaciais. Para além dos dez quilômetros de raio que conheciam bem, eram principalmente os que iam à cidade para o mercado semanal aqueles que tinham ainda uma oportunidade adicional de se deparar com visões do espaço mais diversificadas que se estendiam de um lado e de outro da estrada. Eventualmente também precisavam ir à capital do cantão para usufruir os serviços do médico local e atender as demandas do escrivão ou da polícia. Ao lado disso, a representação da Nação ainda é vaga.

O principal para a análise de Yves Lacoste, não obstante, é o modelo de organização espacial no qual se inscreve a vida do aldeão: “um pequeno número de conjuntos espaciais de

dimensões relativamente restritas e encaixadas umas na outras” (LACOSTE, 2005, p.47). Não obstante, o geógrafo francês também mostra como, em decorrência da multiplicação, eficácia e sofisticação dos meios de circulação e de transportes – entre os quais o automóvel – as práticas espaciais tanto se estenderam como se diversificaram socialmente. Sem se deter ainda nas representações espaciais do cidadão, que serão forçosamente bem mais complexas e complicadas, Lacoste já deixa entrever aqui a espacialidade diferencial que cada vez mais vai se afirmando nas sociedades modernas. As práticas sociais, então, já começam a se inscrever em conjuntos espaciais que apresentam extensões diferenciadas e contornos não coincidentes uns com os outros.

Rumo à contemporaneidade, chega-se por fim àquilo que Yves Lacoste denomina “espacialidade diferencial”. Em favor de uma franca superposição de conjuntos espaciais que passam a se interceptar uns aos outros – e de uma crescente complexidade da Sociedade e do Estado que não pode deixar de impor um emaranhamento cada vez mais intrincado das circunscrições políticas e administrativas, das zonas definidas pelo mercado e de muitos outros ambientes – vão ficando para trás as espacialidades encaixáveis em uma hierarquia de espaços que podem abarcar uns aos outros. Os indivíduos – de uma cidade, por exemplo – freqüentam distintas “migalhas de espaço”¹⁶. Passam por ambientes vários, em muitos casos sem vivenciá-los, como ao observá-los da janela de um ônibus ou de um trem. De igual maneira, o desenvolvimento da mídia impõe novas representações espaciais aos telespectadores de noticiários, ou mesmo de novelas, os quais ouvem falar de diversificados conjuntos de países que transcendem a antiga divisão em continentes e que a cada instante reagrupam as nações em conjuntos regionais, políticos, econômicos, civilizacionais. As guerras e embates diplomáticos, bem como as alianças comerciais, apresentam as suas próprias geografias, multipartidas em fragmentos diversos e recobertas por redes diversificadas que governam as vidas dos indivíduos sem que estes percebam.

Ao lado disso, habitualmente os indivíduos não deixam de estar confinados em limites bem definidos, surpreendentemente simplórios, na maior parte do tempo. Vive-se em geral em dois espaços não contíguos – o bairro em que se dorme e o bairro no qual se trabalha – separados por uma viagem de ônibus ou de automóvel que apenas permite que o cidadão vislumbre outros espaços e vizinhanças¹⁷. Eventualmente, muitas vezes apenas nos fins de semana, conhece-se também o bairro no qual se diverte, de acordo com as posses de cada um. Conforme se pode ver, a perspectiva da espacialidade diferencial desenvolvida por Yves Lacoste permite abordar o espaço de uma maneira complexa, ultrapassando a imagem das regiões que se encaixam perfeitamente umas às outras. Só se tem a lucrar com uma análise mais complexa que leve em conta a superposição e emaranhamento dos espaços, a sutil dinâmica do tempo-espaço. Além disso, rejeita-se a ilusão de que o espaço só pode ser

¹⁶ expressão utilizada por Lacoste (2005, p.49).

¹⁷ “Hoje, é sobre distâncias bem mais consideráveis que, a cada dia, as pessoas se deslocam; seria melhor dizer que elas são deslocadas passivamente, seja por transportes comunitários, seja por meios individuais de localização, mas [sempre] por eixos canalizados, assinalados por flechas, que atravessam espaços ignorados. Nesses deslocamentos cotidianos de massa, cada um vai, mais ou menos solitariamente, em direção ao seu destino particular; só se conhecem bem dois lugares, dois bairros (aquele onde se dorme, aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas, não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se é atravessado dentro de um túnel de metrô), mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de percurso, pontuado pela enumeração dos nomes de estações” (LACOSTE, 2005, p.45-46).

dividido de uma única maneira, tal como ocorreria com os parâmetros geográficos derivados da escola de Vidal de La Blache, ao menos no que concerne à naturalização das regiões elaboradas por este geógrafo e que inspiraram modelos similares de compreensão do espaço nacional entre geógrafos do mundo inteiro.

Por fim, Yves Lacoste atentou para a necessidade de uma concomitante consciência acerca das escalas empregadas, uma vez que certos fenômenos só se tornam representáveis em uma determinada escala. Ao se passar a outra escala, pode ocorrer que o fenômeno ou não seja mais representável, ou que seu significado se veja radicalmente modificado. Esta questão se tornaria particularmente importante para a Micro-História, uma modalidade historiográfica que se vale de uma nova escala de observação de modo a afinar o olhar de modo a enxergar determinados aspectos que habitualmente passam invisíveis pela macro-historiografia tradicional.

A percepção da vida social e individual sob a perspectiva de uma espacialidade diferencial pode enriquecer consideravelmente a historiografia, mesmo quando se trabalha nos limites da história local ou da história regional. Particularmente nos períodos modernos e contemporâneos, quaisquer recortes regionais que sejam escolhidos como ponto de partida para uma pesquisa devem ser tratados apenas como referências que encobrem um grande conjunto de redes de relações, de espacialidades superpostas, de dinâmicas de fluxos e fixos, de emaranhamentos de limites.

Complexidades do espaço urbano

Não apenas os geógrafos, mas também os urbanistas se empenharam em estudar o espaço de acordo com uma perspectiva mais complexa e multidiferenciada. Nos casos que agora trataremos, o ambiente em análise é a Cidade (o meio urbano), este espaço necessariamente complexo, atravessado por sistemas diversos e que pode, ele mesmo em sua totalidade, ser compreendido como um sistema.

Existe uma incontornável complexidade nos meios urbanos – particularmente no que se refere às cidades modernas e contemporâneas (mas eu diria que essa característica – a complexidade em alguma medida – estende-se também às cidades antigas e medievais). Não há como pensar adequadamente a espacialidade citadina, ou própria a vida urbana nas suas múltiplas facetas, senão a partir de uma compreensão ou percepção similar à que atrás descrevemos como uma “espacialidade diferencial”, para tomar de empréstimo a designação evocada pelos geógrafos que se alinham em torno da revista *Heródote*¹⁸. A esta visão complexa ou multidiferencial do espaço podemos dar o nome que quisermos, e ela não é de modo algum uma exclusividade da Escola de *Heródote*, tendo aflorado a partir da obra de inúmeros geógrafos, urbanistas e sociólogos a partir de meados dos anos 1960.

O importante é o que essa percepção e compreensão complexa do espaço significam. Estamos aqui diante da possibilidade de entender o espaço como uma interação entre dois âmbitos de complexidades: (1) a complexidade produzida pela superposição entrecortada de espaços diversos e

¹⁸ A revista *Heródote* foi fundada por Yves Lacoste. Entre os itens do programa de ação seguidos estão, de um lado, o empenho em compreender o espaço de modo complexo, como “espacialidade diferencial”, e, de outro, o desenvolvimento de uma geografia militante que busca conscientizar as pessoas comuns acerca do espaço, instrumentalizando-as para enfrentarem os poderes e sistemas de dominação.

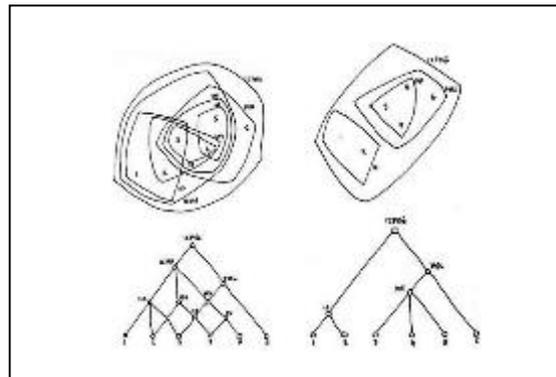
pelo emaranhamento de limites em um mesmo plano de análises; e (2) a complexidade gerada pela associação de diferentes escalas com vistas à compreensão do espaço. Esta dupla percepção de complexidades quebra o modelo das caixas, dos compartimentos, da ortodoxia das regiões herdadas acriticamente dos quadros de La Blache; dos modelos estáticos de tratamento da História Local.

Gostaria de lembrar que a busca sistemática de novas possibilidades de produzir uma visão complexa do espaço já vem de antes, e que se discute em maior detalhe a perspectiva de Yves Lacoste foi apenas porque o discurso sobre determinado assunto tem que começar de algum lugar. Por isso, quero evocar agora a importante contribuição dos urbanistas para uma compreensão mais rica do espaço. Conforme alguns destes, a espacialidade da Cidade também deve ser encarada como um sistema complexo que se desenvolve a partir da interação de ambientes diversos que se superpõem, e que partilham alguns fluxos e fixos entre si. Um artigo do arquiteto e matemático Christopher Alexander (1965) poderá nos ajudar a repensar esta questão.

Intitulado “A Cidade não é uma Árvore”, a proposta de compreensão do espaço urbano desenvolvida pelo arquiteto vienense recebeu o prêmio de melhor artigo do ano de 1965 no campo do design. O autor defende a tese da superposição dos subsistemas de vida urbana, propondo superar os modelos mais reducionistas e esquemáticos de compreensão da cidade (por ele chamados de “estruturas em árvore”) em favor de modelos mais eficazes para captar a complexidade urbana (as “estruturas semilattice”). Vamos chamar a estas últimas, neste texto, de “estruturas em grelha”.

O artigo de Christopher Alexander objetiva, a princípio, contribuir para uma nova maneira de pensar a cidade, o que seria imprescindível aos urbanistas que pretendam projetar ou criar novas cidades sem perder aspectos da “cidade natural”. O modelo de compreensão do espaço urbano proposto pelo urbanista vienense pode ser igualmente útil para repensar a análise da espacialidade de cidades já existentes e de sua complexidade específica, que às vezes se vê reduzida e comprometida em algumas análises inadequadas em decorrência do uso de esquemas demasiado simplificadores. Além disso, este modelo complexo é importante para a identificação problemas sociais e espaciais que decorrem de cidades reais que foram concebidas e planejadas a partir de certos esquemas espaciais demasiado simplórios (ou há mesmo algumas cidades que, no seu crescimento espontâneo, por razões diversas tenderam a se conformar a uma estrutura limitada e estagnada).

Alexander distingue dois modos de pensar correspondentes a distintos modos de representação de estruturas de conjuntos. A “árvore” corresponde a uma estrutura ramificada de pensamento que é frequentemente utilizada em situações diversas, com vistas à esquematização ou na abstração de uma estrutura. As simplificações às quais nos acostumamos na vida diária levam a este modo de pensar. Já a “estrutura em grelha” (as “estruturas semilattice”) correspondem ao modelo proposto pelo autor. O contraste entre ambos pode ser esclarecido com o seguinte desenho de Christopher Alexander:



Quadro 1: Esquema natural em Grelha (à esquerda)

Esquema em Árvore (à direita). Christopher Alexander, 1965.

Um olhar inicial, apenas exploratório, já pode nos mostrar que, entre as duas figuras, a do lado direito – correspondente ao “esquema em árvore” – sacrificou determinadas complexidades e interações espaciais que encontram sua representação no “esquema em grelha”. Obviamente que é mais fácil entender, mesmo que visualmente, o modelo mental da árvore, e é esta a razão do seu sucesso. Mas será que não perdemos algo com esta operação simplificadora? É o que nos pergunta Christopher Alexander na abordagem que agora examinaremos, da maneira análoga às indagações que já vimos em Lacoste em favor a uma espacialidade diferencial.

De acordo com Christopher Alexander, a maior parte das cidades que surgiram mais ou menos espontaneamente na história anos seriam as “cidades naturais”. Entre elas, Siena, Liverpool, Kyoto e Manhattan são exemplos dados pelo autor. Enquanto isso, algumas outras cidades, ou partes de cidades, foram deliberadamente construídas por urbanistas planejadores, constituindo as “cidades artificiais”. Brasília e as novas cidades britânicas são os principais exemplos citados. Alexander advoga em favor das cidades naturais, salientando que algo falta à boa parte das cidades artificiais. Seu objetivo é mostrar que estas últimas foram desfavorecidas por um esquema mental limitado que lhes afetou o planejamento: a estrutura em árvore.

Uma cidade realmente viva entretende-se a partir de múltiplas espacialidades e de uma relação diversificada e complexa entre as suas partes. Para exemplificar, considere-se uma cidade hipotética. Nela existe uma esquina na qual se localiza um bar com uma banca de jornais em frente. No cruzamento diante da esquina existe um sinal de trânsito. Quando este se abre para o tráfego, o pedestre para na calçada e aproveita para ler superficialmente as notícias e informações dos jornais e revistas. Outros se habituariam a tomar diariamente um café no bar em frente. Farol, calçada, transeuntes, jornaleiro, banca de jornais e bar são elementos que formam um “conjunto”. Uma vez que estes elementos interagem, o conjunto é chamado de “sistema” – um sistema efetivamente significativo para diversos cidadãos.

Numa cidade, existe uma infinidade destes pequenos sistemas, que por isso podem ser considerados “subsistemas”. A vida urbana cotidiana de uma cidade utiliza uma parte dos subsistemas disponíveis na cidade. Os subsistemas significativos para cada cidadão se integram, superpondo-se.

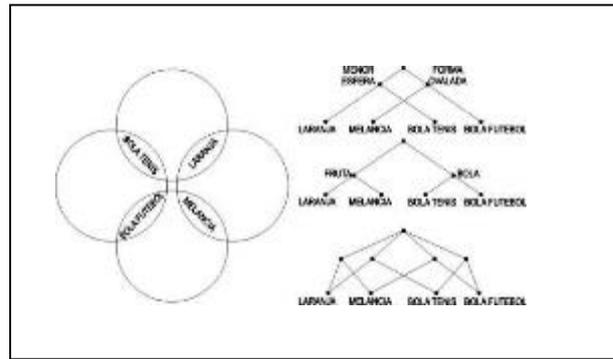
Cada elemento de um subsistema pode pertencer a outro subsistema, consistindo precisamente nisto a riqueza da vida urbana. É exatamente esta superposição e esta riqueza que se perdem nos modelos de compreensão mais habituais, todos fundados na “estrutura de árvore”. Imagina-se os elementos e espaços como se fossem ou se estivessem separados, contíguos, mas nunca superpostos. Desta maneira, acaba-se por deixar que se separem os elementos de uma unidade – ou pior, termina-se por eliminar relações particularmente importantes que deveria haver entre os elementos que foram indevidamente compartimentados em subconjuntos não comunicantes. Esquematiza-se, enfim, um modelo de cidade que não corresponde em absoluto à sua vida efetiva.

O desastre é ainda maior quando não se trata apenas de analisar de maneira simplória uma vida urbana complexa, mas também de interferir na sua própria constituição efetiva a partir de uma compartimentação empobrecedora. Em projetos urbanísticos que almejem criar novas cidades ou novas zonas urbanas, isso corresponderia a planejar artificial e mecanicamente zonas de funções estanques, distribuições rígidas de equipamento, isolamentos da recreação, em todos esses casos e em muitos outros sem prever em momento algum uma integração efetiva de seus elementos¹⁹. Em análises sociológicas, geográficas ou históricas, acrescento por minha conta, esta atitude mental corresponde a tentar enxergar as cidades já conhecidas a partir de compartimentos e de sub-sistemas não integrados, sacrificando a possibilidade da compreensão da verdadeira vida social que aí se desenrola. Ou seja, apesar de a vida urbana corresponder efetivamente a uma “estrutura de semi-grelha”, estabelece-se uma “estrutura de árvore” para facilitar a ação de pensar.

Uma coleção de conjuntos constitui uma “semigrelha” somente quando pelo dois de seus conjuntos se superpõem e o conjunto de elementos comuns a ambos também pertence à coleção. Por oportunos, quero trazer os exemplos elaborados pelo próprio Christopher Alexander (1965), que além de urbanista e designer era matemático, o que favorecer a sua profunda reflexão sobre os modos de pensar que nos levam a produzir os modelos simplórios e frequentemente inadequados para a compreensão da realidade. Diz-nos Alexander:

“Suponha que te pergunte se você se lembra dos seguintes 4 objetos: uma laranja, uma melancia, uma bola de futebol americano, e uma bola de tênis. Como você irá guardá-los em sua memória? Seja da forma que você fizer, você irá agrupá-los. Alguns de vocês agruparão as frutas juntas, a laranja e a melancia, e as duas bolas juntas, a de futebol americano e a de tênis / Aqueles que tendem a agrupar em termos de formatos físicos podem agrupar de outro modo, colocando de um lado as duas formas menores juntas – a laranja e a bola de tênis – e, de outro, as maiores e com formato ovalado (a melancia e a bola de futebol). Alguns de vocês estarão cientes de ambos”.

¹⁹ Christopher Alexander critica, entre outras, Brasília, cidade planejada de acordo com uma estrutura-árvore (uma via única dando acesso às vias intermediárias e daí recebendo o acesso das vias locais). A estrutura termina por produzir uma compartimentação em quadras residenciais não-comunicantes.



Quadro 2: Esquema explicativo de Christopher Alexander sobre as estruturais Esquemáticas mentais

Há uma estrutura-árvore envolvida em cada um destes movimentos mentais, os quais produzem dois modos distintos de agrupamentos. (1) No primeiro ‘esquema em árvore’ proposto, utiliza-se a forma como o grande critério demarcador, com a subsequente separação em formas esféricas (laranja e bola de tênis) e formas ovaladas (melancia e bola de futebol americano). (2) No segundo ‘esquema em árvore’, apoiamo-nos na função como critério demarcador, separando à saída os objetos em bolas e frutas, concomitantemente agrupando de um lado a bola de tênis e a bola de futebol, por serem bolas; e, de outro, a laranja e a melancia, por serem frutas.

Ao proceder de uma maneira ou de outra – em cada caso nos deixando aprisionar mentalmente por um dos ‘esquemas em árvore’ mais disponíveis – terminamos por sacrificar sempre algo importante da realidade examinada. Em um caso, para ressaltar que os objetos são bolas desportivas ou frutas, abandonamos a percepção da sua forma. Em outro caso, para enfatizar que os objetos são esferas ou formas ovaladas, desconsideramos a função desempenhada por cada um deles. Somente um esquema mais complexo, o ‘esquema em grelha’ (estrutura semilattice), poderia resolver o problema, uma vez que ele unifica os dois ‘esquemas em árvore’ em um grande conjunto que os integra, sem contudo deixar que cada subconjunto deixe de ser percebido no que tem de singular. Sobretudo, a estrutura em grelha permite que os diversos elementos do conjunto maior continuem interagindo entre si de diversas maneiras.

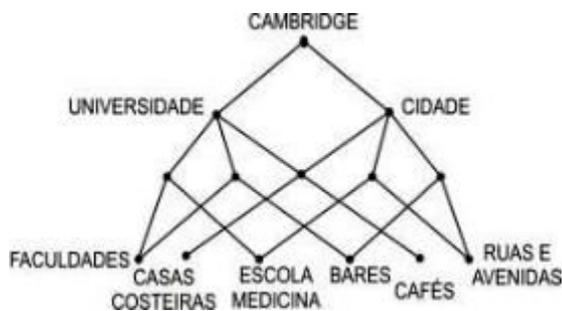
Voltemos ao exemplo do início. Referíamos-nos a um trecho de paisagem urbana no qual estão em situação de proximidade um sinal de trânsito, uma banca de jornal e um bar, sendo que os pedestres-cidadãos podem se relacionar de maneiras variadas com estes elementos e com a sua junção em dois conjuntos distintos. Pensar de acordo com o modelo das semilattice (a estrutura de grelha), corresponde a dizer que, para o caso evocado, existe um conjunto ‘sinal de trânsito – banca de jornais’ e outro conjunto ‘banca de jornais – bar’. A banca de jornais é uma unidade que também pertence à coleção. De forma contrária à “estrutura de grelha”, a “árvore” define-se como a coleção na qual, para cada dois conjuntos, ou um está inteiramente contido no outro ou estão totalmente separados.

O que precisamos para compreender em um nível de maior complexidade as espacialidades urbanas é não nos limitarmos exclusivamente aos esquemas em ‘estrutura de árvore’. Modelos de apreensão do espaço como o da ‘espacialidade diferencial’, atrás discutido, ou outros igualmente complexos, como o das ‘estruturas-semilattices’, de Christopher Alexander, podem ajudar a ultrapassar os esquemas espaciais mais simplórios.

Não é mais do que uma ‘estrutura em árvore’ a organização administrativa que se segue: o país Brasil divide-se em cinco regiões, estas em alguns estados, estes em uma série de cidades, e dentro destas estão, bem separados, os bairros com suas inúmeras ruas. Limitarmo-nos a esta única maneira de dividir o espaço, e deixar que nosso pensamento se acomode nesta divisão hierarquizada e compartimentada, é deixar que muitas relações e interações escapem, é perder a possibilidade de enxergar novas divisões de acordo com os problemas examinados, novos quebra-cabeças a serem problematizados.

Retomemos os esquemas mentais examinados por Alexander. Ele nos mostra que algumas cidades são concebidas como ‘estruturas em árvore’ (Quadro 9). É o caso de boa parte das cidades criadas artificialmente pelos urbanistas de sua época, embora com exceções. Outras (Quadro 10), em contrapartida, desenvolvem “naturalmente”, por imposições da sua história e das demandas da vida, uma estrutura semilattice.

Quadro 3: Esquema de Alexander para uma cidade nova, planejada e concebida como estrutura-árvore.



Quadro 4: Esquema de Christopher Alexander para uma cidade em estrutura-grelha (exemplo da cidade de Cambridge)

Estendendo por minha conta a reflexão de Alexander para as análises sociológicas e históricas, supondo-se que estas estejam empenhadas em captar a complexidade dos espaços urbanos ou rurais, deve-se evitar o risco de isolar estruturas sociais e vizinhanças em compartimentos estanques. A família X tem vínculos de amizade com a família Y, pertençam ou não à mesma unidade de vizinhança, ou mesmo a grupos sociais diferentes. Em uma cidade moderna, os filhos vão a uma escola de outro bairro porque lá parece haver professores melhores, as compras mais importantes podem ser feitas em um supermercado afastado em virtude de preços. Em cidades medievais, existiam mesmo ambientes ou ocasiões que pressupunham o contato entre grupos sociais distintos, apesar de toda aquela bem conhecida compartimentação prefigurada pela hierarquização ou pela setorização corporativa das sociedades urbanas medievais. Isso não quer dizer que, para se chegar a uma adequada compreensão da espacialidade complexa produzida no interior das cidades, não devam ser estudados os diversos mecanismos de segregação social e a compartimentação urbana, os quais apresentam efetivamente diversas formas consoante as várias sociedades e períodos históricos. A abordagem proposta apenas ressalta que não se devem desprezar os aspectos que transformam a cidade em um grande sistema integrado.

A proposta derivada das reflexões de Christopher Alexander (1965), conforme pudemos examinar, é integralizar neste novo modelo urbano (de análise ou de planejamento) a teoria dos conjuntos e da informática, com vistas a obter novas visões objetivas da complexa realidade citadina e da integração dos seus subsistemas. O modelo insere-se na mesma tendência que vimos anteriormente, com a ‘espacialidade diferenciada’, de se repensar o espaço consoante modelos mais complexos. Mostra-nos também que a complexidade não é necessariamente um fator contrário à vida ou à liberdade humana, podendo atuar em favor delas, ao invés de aprisionar o indivíduo no interior de uma trama de fios que o aprisionam e que promovem a sua inconsciência.

Por fim, quero ressaltar que os modelos complexos – seja o que acabamos de abordar, seja o das espacialidades diferenciais – adequam-se ao nosso próprio modelo de complexidade, já exposto: o dos poliacordes geográficos.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Christopher. A Cidade não é ma Árvore. *Architectural Forum*, vol. 122, nº 1, abril de 1965, p.58-62 (Parte I) e vol. 122, nº 2, maio de 1965, p.58-62 (Parte II).
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001) [original: 1941-42].
- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984 [original: 1946, revisto em 1963].
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo*, séculos XV-XVIII. Lisboa: :Cosmos,1970.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Repensando a construção do Espaço. *Revista de História Regional*. nº3, 1, p.7-23, 1998.

- CONSTANTINO, Núncio Santoro. O que a micro-história tem a nos dizer sobre o regional e o local. *Revista Unisinos* n° 10, 2004.
- CORREA, Anderson Romário. História Local e Micro-História: Encontros e Desencontros. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*, n°146, p.11-27.
- GOUBERT, Pierre. História Local. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n° 6, jan/jun, p.45-56, 1992.
- LACOSTE, Yves. *Geografia: isto serve, antes de mais nada, para fazer a Guerra* Campinas: Papirus, 2005 [original: 1976].
- MANIQUE, Antonio Pedro e PROENÇA, Maria Cândida; *Didática da história: patrimônio e história local*. Lisboa: Texto, 1994.
- NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. *Saeculum (UFPB)* n°3, jan./dez. 1997.
- OMURO, Selma de Araujo Torres e FILHO, Orlando José de Almeida. História a ser ensinada: algumas reflexões em torno da história local. *Revista Unisep – Centro Universitário Amparense (UNIFIA)*, São Paulo, 2009.
- REZNIK, Luís. “Qual o lugar da História Local?”, *Anais do V Taller Internacional de Historia Regional y Local*, Havana: Cuba, 2012.
- RIBERIO, G; HAESBAERT, R; PEREIRA, S. N. (orgs). *Vidal, Vidais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: EDUSP, 2004-a [original: 1979].
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: EDUSP, 2004-b [original: 1982].
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: EDUSP, 2013 [original: 1994].
- SANTOS, Milton *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: EDUSP, 2014-a [original: 1993].
- SILVA, Marcos Amado da (Coord.) *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH / Marco Zero, 1990.
- TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história, *Revista Antíteses*, São Paulo, vol.3, n°6, jul.- dez. 2012.
- VIDAL DE LA BLACHE, Pierre. *Tableau de La Geographie de La France*. Paris: Hachette, 1903.